

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR
LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ
LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA
RENATO MARCÃO
ROGERIO FAVRETO
SIDNEY DALMAZINI JUNIOR



COMENTÁRIOS À LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA

LEI 12.016 DE 7 DE AGOSTO DE 2009

Prefácio

NELSON NERY JUNIOR

4.^a edição
revista, atualizada e ampliada

ESTUDOS SOBRE MS EM:

- MATÉRIA PENAL
- MATÉRIA TRABALHISTA

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Comentários à Lei do Mandado de Segurança

Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009

LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR / LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA / RENATO MARCÃO

ROGERIO FAVRETO / SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

Prefácio à 1.ª edição

NELSON NERY JÚNIOR

4.ª edição revista, atualizada e ampliada

1.ª edição: 2009; 1.ª tiragem: setembro de 2009; 2.ª edição: 2011; 3.ª edição: 2012.



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [02-2015]

Profissional

Fechamento desta edição [16.01.2015]



ISBN 978-85-203-5959-4

Sumário

Prefácio à 1. ^a edição – NELSON NERY JUNIOR.....	19
Nota dos Autores à 4. ^a edição	23
Nota dos Autores à 3. ^a edição	25
Nota dos Autores à 2. ^a edição	27
Sobre os Autores	29

INTRODUÇÃO

OS DIREITOS NO SÉCULO XXI E A LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA	39
---	----

PRIMEIRA PARTE

LEI 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009

Art. 1.º

LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ

1. Cabimento do mandado de segurança.....	41
2. Legitimidade ativa	43
3. Direito líquido e certo – Algumas observações.....	45
4. Legitimidade passiva – Ampliação do rol e conceito de legitimados e equiparados à autoridade coatora	53
5. Exclusão do cabimento do mandado de segurança contra atos de gestão comercial	58
6. Previsão expressa de litisconsórcio ativo facultativo – Possibilidade	60

Art. 2.º

LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ

1. Fixação de competência da Justiça Federal	61
--	----

Art. 3.º

LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ

1. Considerações sobre o instituto da legitimação extraordinária	68
--	----

2. Legitimação extraordinária de terceiro em condições idênticas.....	70
3. Regras para contagem do prazo, a partir da notificação, para impetração por legitimado extraordinário – Interpretação sistemática	74
4. Propostas de modificação do Projeto de Lei do Senado Federal 222, de 2010	77

Art. 4.º

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. Os modos de impetração do mandado de segurança em caso de urgência ...	79
2. Os modos de comunicação imediata da autoridade coatora	83
3. As regras na impetração por meio eletrônico	83
4. Propostas de modificação: PLS 222/2010	86

Art. 5.º

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. A ausência de interesse para o mandado de segurança enquanto pendente recurso administrativo dotado de efeito suspensivo.....	88
2. A ausência de interesse para o mandado de segurança se a decisão judicial puder ser atacada por recurso dotado de efeito suspensivo.....	90
3. Art. 5.º, III, da Lei 1.533/1951	94
4. A ausência de interesse para o mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.....	96
5. Art. 5.º, parágrafo único, da Lei 12.016/2009 – Vetado.....	99

Art. 6.º

LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ

1. Requisitos da petição inicial – Indicação da autoridade coatora e pessoa jurídica – Identificação mais precisa do polo passivo	101
2. Exibição de documento essencial à prova dos autos.....	105
3. Exibição do documento pela autoridade coatora	106
4. A autoridade coatora – Definição e identificação – Art. 6.º, § 3.º, da Lei 12.016/2009	107
5. Dispositivo vetado	111
6. Denegação de segurança – Um equívoco na referência legal	114

7. Possibilidade de nova propositura do mandado de segurança – Consonância com os dispositivos do Código de Processo Civil	114
8. Propostas de modificação do Projeto de Lei do Senado Federal 222, de 2010	116

Art. 7.º

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA

1. Notificação da autoridade coatora	120
1.1 Alterações propostas no PLS 222/2010	123
2. Cientificação do representante legal e intervenção da pessoa jurídica interessada	124
2.1 Alterações propostas no PLS 222/2010	125
3. Liminar e prestação de garantia para sua concessão.....	125
3.1 Alterações propostas no PLS 222/2010	127
4. Impugnação da decisão que concede ou denega a liminar.....	128
5. Vedações para a concessão de liminar.....	129
5.1 Alterações propostas no PLS 222/2010	129
6. Efeitos da medida liminar	129
7. Deferimento da liminar e prioridade para julgamento.....	130
7.1 Alterações propostas no PLS 222/2010	131
8. Extensão das vedações para a concessão de liminar à tutela antecipada dos arts. 273 e 461 do CPC.....	131
8.1 Alterações propostas no PLS 222/2010	131
9. A introdução dos §§ 6.º e 7.º proposta no PLS 222/2010.....	132

Art. 8.º

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA

1. Perempção	133
2. Decretação da caducidade da liminar	134
3. Alteração proposta pelo PLS 222/2010	134

Art. 9.º

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. A notificação pela autoridade coatora de seu órgão de representação judicial.....	136
--	-----

Art. 10

LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ

1. Indeferimento da petição inicial – Ausência de requisitos de admissibilidade.....	141
2. Recorribilidade da decisão de indeferimento da petição inicial.....	145
3. Considerações sobre litisconsórcio – Fundamentos de compreensão para as alterações da Lei 12.016/2009	146
4. Vedação do ingresso do litisconsorte ativo após o despacho inicial	150

Art. 11

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. A juntada aos autos dos ofícios endereçados à autoridade coatora e ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada.....	153
--	-----

Art. 12

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. Os novos prazos para a manifestação do Ministério Público e para o juiz proferir sua decisão.....	157
2. Propostas de modificações: PLS 222/2010.....	161

Art. 13

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. A comunicação da sentença à autoridade coatora e pessoa jurídica interessada ...	163
---	-----

Art. 14

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR

1. Recursos na lei do mandado de segurança.....	166
2. A remessa obrigatória	167
3. A legitimidade da autoridade coatora para recorrer	174
4. A legitimidade recursal do Ministério Público.....	177
5. Execução imediata da sentença que conceder a ordem.....	178
6. Pagamento de valores relativos a vencimentos e vantagens pecuniárias.....	181
7. Propostas de modificações: Projeto de Lei 222/2010, Senado Federal	183

Art. 15

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA

1. Considerações gerais sobre a suspensão da segurança	185
2. Contraditório e recorribilidade.....	187
3. Pedido sucessivo de suspensão da segurança.....	190

4. Concessão liminar de efeito suspensivo	191
5. Suspensão de liminares ou sentenças com idêntico objeto	191
6. Alterações propostas pelo PLS 222/2010	192

Art. 16

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA

1. Instrução do processo nos tribunais	193
2. Defesa oral no julgamento do mandado de segurança	193
3. Impugnação da decisão concessiva ou denegatória da liminar no mandado de segurança de competência originária dos tribunais	194
4. Alterações propostas pelo PLS 222/2010	194

Art. 17

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA

1. Substituição do acórdão por notas taquigráficas e início do prazo recursal ...	195
2. Adaptação dos regimentos internos dos tribunais	196

Art. 18

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR

1. Mandado de segurança em única instância nos tribunais – Sistema recursal .	197
2. Recurso ordinário constitucional – Natureza jurídica	198
3. Breve retrospectiva histórica	199
4. Hipóteses de cabimento	200
4.1 Apresentação de apelação de forma equivocada – Consequências	201
4.2 Decisão denegatória de lavra de colegiado – Conceito	203
5. Procedimento	205
6. Efeitos	205
7. Algumas questões relevantes	208

Art. 19

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. A repropositura do mandado de segurança ou outra ação própria nos casos em que for denegada a ordem sem decidir o mérito	210
2. Propostas de modificações: PLS 222/2010	214

Art. 20

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA

1. Prioridade no processamento do mandado de segurança e de seus recursos .	216
---	-----

2. Julgamento imediato após a conclusão ao relator	217
3. Prazo para conclusão ao relator	218

Art. 21

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR

ROGERIO FAVRETO

1. Mandado de segurança coletivo	219
2. Legitimidade	221
2.1 Partidos políticos	226
2.2 Organização sindical – Entidade de classe ou associação	232
2.2.1 Associações – Tempo de constituição	237
3. Objeto do mandado de segurança coletivo	243
3.1 Direito líquido e certo – Algumas observações	244
3.2 Direitos difusos	246
3.3 Direitos coletivos	249
3.4 Direitos individuais homogêneos	249
4. Propostas de modificações: Projeto de Lei 222/2010, Senado Federal	252

Art. 22

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR

ROGERIO FAVRETO

1. O problema da coisa julgada coletiva – Principais aspectos	254
2. A existência de mandado de segurança coletivo e de mandado de segurança individual	262
3. A liminar no mandado de segurança coletivo – Restrições	267
4. A possibilidade de desistência do mandado de segurança após decisão de mérito e os efeitos da coisa julgada	269
5. Propostas de modificações: Projeto de Lei 222/2010, Senado Federal	270

Art. 23

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. O prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança	273
2. Propostas de modificações: PLS 222/2010	278

Art. 24

LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ

1. Aplicação dos dispositivos que regulam o litisconsórcio – Algumas considerações sobre o instituto	279
--	-----

2. Considerações sobre a assistência e a análise do seu cabimento no procedimento do mandado de segurança.....	283
2.1 Considerações gerais sobre o instituto da assistência.....	284
2.2 Assistência na Lei do Mandado de Segurança: é cabível?.....	287
3. Propostas de modificação do Projeto de Lei do Senado Federal 222, de 2010.....	289

Art. 25

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA

1. Embargos infringentes.....	290
2. Honorários advocatícios.....	291
3. Litigância de má-fé.....	292
4. Alterações propostas pelo PLS 222/2010.....	293

Art. 26

LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA

1. O crime de desobediência e o <i>contempt of court</i>	294
2. Sanções administrativas.....	296
3. Crime de responsabilidade.....	296
4. Alteração proposta pelo PLS 222/2010.....	297

Art. 27

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

1. Orientação para adaptação às novas disposições da Lei 12.016/2009.....	298
---	-----

Art. 28

LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR

1. O problema da <i>vacatio legis</i>	299
2. Os feitos pendentes e o direito processual adquirido – Direito intertemporal ..	300

Art. 29

LUIZ MANOEL GOMES JÚNIOR

1. A necessidade de revogação expressa.....	303
2. Rol de leis revogadas.....	303

SEGUNDA PARTE

Mandado de Segurança em Matéria Penal

RENATO MARCÃO

1. Origem histórica e desenvolvimento normativo do mandado de segurança no direito brasileiro.....	305
--	-----

2. Do mandado de segurança	310
2.1 Considerações necessárias	310
2.2 Conceito e natureza jurídica.....	310
2.3 Alcance residual	311
2.4 Prazo para a impetração	312
2.5 Direito líquido e certo	312
2.6 Partes	313
2.6.1 Sujeito ativo	313
2.6.2 Sujeito passivo	315
3. Do mandado de segurança contra ato jurisdicional	317
3.1 Abordagem inicial	317
3.2 Ato de autoridade.....	317
3.3 Ato jurisdicional	318
4. Do mandado de segurança contra ato jurisdicional em matéria penal	319
4.1 Admissibilidade	319
4.2 Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo	321
4.3 Casuística	324
4.4 Decisão judicial transitada em julgado	328
5. Considerações derradeiras	330

TERCEIRA PARTE

Peculiaridades do Mandado de Segurança em Matéria Trabalhista

Recorribilidade da Decisão Sobre a concessão ou não da Liminar

LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ

1. Notas introdutórias	331
2. Cabimento do mandado de segurança.....	332
2.1 Algumas súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, que abordam o cabimento do mandado de segurança	337
3. A (i)rrrecorribilidade da decisão que concede ou não a liminar em mandado de segurança	338
4. Conclusões.....	342
BIBLIOGRAFIA	343